

A ESQUERDA E A NOVA REPÚBLICA*

J. Chasin

Os fatos, com muito exagero, superaram a imaginação. Nem por isso contrariariam a lógica íntima do caso brasileiro. O acaso e o fantástico verteram pelas artérias e capilares do necessário.

E o Brasil transitou - na corcova endoidecida do inesperado - do bonapartismo em crise para o território crítico da autocracia burguesa institucionalizada. Cumpriu, mais uma vez, o movimento oscilatório entre estas duas formas de dominar, que tem matizado toda a história republicana.

A consternação nacional pela morte de Tancredo de Almeida Neves procedeu do imenso campo da sensibilização humana e política, embaralhadas uma na outra, mutuamente reforçadas, resultando na pesada policromia da comoção e da falácia: justa e pertinente a primeira, profunda e ilusória a segunda.

Retalhado em cirurgias sucessivas, mantido em sobrevida graças à parafernália das máquinas, tudo em prolongada agonia de sofrimentos crescentes, que sucedeu e aprofundou o impacto estonteante de uma hospitalização de emergência à beira da posse, a tragédia pessoal e humana do presidente eleito foi tocante e avassaladora. De fato, uma rara progressão de cenas aflitivas: desde a primeira, quando a dez horas apenas de subir a rampa do Planalto, desceu à CTI do Hospital de Base; até à última, quando tornou a descer, agora à tumba, depois de elevado a mártir pelo sentimento do povo.

* Publicado originalmente na *REVISTA ENSAIO* n. 14 em 1985

Hoje, com o já sabido, tem-se o caráter e a dimensão exata da ambição e do sacrifício. Diante deste, fixa-se o reconhecimento e rende-se a homenagem. Ambos devidos, não favores. Tanto quanto apreende-se seus limites e determinantes de fundo.

Informações esparsas, mas suficientes, deixam saber que Tancredo Neves estava no mínimo adoentado, desde meados do segundo semestre de 84. E, desde então, seu quadro clínico não fez mais do que evoluir negativamente. Padecendo de uma sintomatologia que o levaria à automedicação, consciente e deliberadamente ocultou a moléstia e recusou exames e atendimentos apropriados. Obstinou-se no propósito de adiar, para depois de 15 de marco, qualquer providência médica.

Temia deixar a cena pública antes da posse, mesmo por breves dias. Julgava que sua ausência, ainda que compulsória, favoreceria a grupos inconformados, que disto tirariam proveitos para interromper o fluxo dos acontecimentos, que marchavam com ele direcionados para uma solução civil, que só sua presença garantiria.

Foi o que pensou e foi o que fez.

Imolou-se, portanto, na barragem ao golpismo.

Coerência notável, mesmo que a avaliação não seja correta, e em que pesem motivações estritas à sua personalidade política, que atravessou décadas, tecendo, com paciência e obstinação de ourives, a própria ascensão ao poder.

Notável e patético. Em especial porque, ao limite, a ausência foi inevitável e definitiva. E adquire face sinistra, quando o esquife sobe a rampa: Tancredo chega morto e sucedido.

É o resumo simbólico da problemática convicção motriz do presidente eleito. Julgamento de realidade que, ao menos, tem a

força irrecusável de um testemunho, dado de uma posição privilegiada, e que encerra a extrema fragilidade da transição efetuada.

Demonstra a fraqueza, sem ser necessariamente verdadeiro. E, debilidade, aqui, é antes um indicador de qualidade, do que um índice quantificador de força. Remete mais à frouxidão do que à carência. Em suma, significa ambíguo, enquanto opção e definição de alvo e itinerário.

Posto como intuitivo brilhante, T. Neves atinava para isto melhor do que qualquer outro agente do processo, mesmo porque, no processo, era, nada menos, do que o aval da ambigüidade presente e devinda. Ou seja, com a sua tutela substituía a tutela armada, em benefício de um poder equívoco, ou seja, de uma democracia da ambigüidade. Foi o que, em outra parte, chamei de “solução civilizada do sistema no poder” (ENSAIO 13), e que é uma forma de aproximação do que tenho designado, com maior precisão, como “autocracia burguesa institucionalizada”.

Ambigüidade que é cerne da conciliação conservadora, e esta, por sua vez, nóculo central da chamada transição para a democracia, articulada e conduzida pelo esquema aliancista. O que não vem à tona apenas com a arquitetura do ministério Tancredo, ou com as primeiras medidas do governo Sarney. Tudo isto é apenas o aspecto atual de um processo antigo, longamente vivido na oposição. Não importam mais os limites da intuição política do presidente morto, mesmo porque, um pouco mais largos, um pouco mais estreitos, estariam sempre inscritos nas fronteiras do conservantismo civilizado, que muitos preferem denominar de liberalismo-conservador, arcando com a contraditoriedade nos termos e o esmaecimento da tônica conservadora. O que importa mesmo é o próprio conservantismo civilizado como prática e como padrão ideológico e político. Dissocia radicalmente instituição política de estrutura econômico-social e confere à primeira poderes indeterminados, ou quase isso, sobre a

segunda. Mais ainda: sintetiza o conjunto da existência social a partir e através do político, dando à luz o fenômeno do politicismo, que não está cingido ao campo ideológico, mas, ao contrário, é resultante primeira da obra prática de sua dominação de classe.

Dir-se-ia que tal indentificação é muito próxima ao fazer e ao pensar do bonapartismo, da ditadura militar da qual se está saindo. De fato o é. Não, porém, em razão de equívoco da determinação genérica oferecida, mas porque tanto o bonapartismo como o conservantismo civilizado não são mais do que formas distintas do mesmo poder autocrático das classes dominantes brasileiras, que desconhecem e estão impedidas de conceber e exercitar a forma menos perversa de sua dominação, que é a democracia de classe dos proprietários.

Para não me alongar, cito palavras de um artigo anterior, no qual mais uma vez retomei a questão, que me ocupa e preocupa há quase dez anos.

“O politicismo arma uma política avessa, ou incapaz de levar em consideração os imperativos sociais e as determinantes econômicas. Expulsa a economia da política ou, no mínimo, torna o processo econômico meramente paralelo ou derivado do andamento político, sem nunca considerá-los em seus contínuos e indissolúveis entrelaçamentos reais... A nossa burguesia, para quem o liberalismo econômico (a livre troca para sustentar e ampliar sua própria natureza exploradora, através da associação crescente com a exploração hegemônica e universalizante do capital externo) foi sempre apropriado e conveniente, nunca pôde, nem sequer poderia ter aspirado a ser democrática, tem no politicismo sua forma natural de procedimento. Politicista e politicizante, a burguesia brasileira, de extração pela via colonial, tem na forma da sua irrealização econômica (ela não efetiva, de fato e por inteiro, nem mesmo suas tarefas eco-

nômicas de classe) a determinante de seu politicismo. E este integra, pelo nível do político, sua incompletude geral de classe.

Incompletude histórica de classe que a afasta, ao mesmo tempo, de uma solução orgânica e autônoma para a sua acumulação capitalista, e das equações democrático-institucionais, que lhe são geneticamente estranhas e estruturalmente insuportáveis, na forma de um regime minimamente coerente e estável. O politicismo atua neste contexto, enquanto produto dele, como freio e protetor. Protetor da estreiteza econômica e política da burguesia; estreiteza, contudo, que é toda a riqueza e todo o poder desta burguesia estreita. Efetivamente subtrai o questionamento e a contestação à sua fórmula econômica, e aparentemente expõe o político a debate e ao “aperfeiçoamento”. Portanto, atua como freio antecipado, que busca desarmar previamente qualquer tentativa de rompimento deste espaço estrangulado e amesquinhado” (“Hasta Cuando”?, ENSAIO 10, outubro/82, p. 7 e 8).

Tome-se por ilustração processos recentes.

A politização operada sobre o ressurgimento operário dos anos 78-80, que foi barrado e esvaziado inclusive pela esquerda tradicional. O retorno, depois de muitos anos, dos trabalhadores à cena política brasileira, derivava de premências econômico-sociais e continha a perspectiva real de mudanças estruturais. Barradas e levadas ao refluxo, as lutas operárias e sociais tiveram seu curso desviado, pela intervenção politicista da ditadura e das oposições, para a campanha eleitoral de 82. Na seqüência, foi a vez da gigantesca ansiedade popular pelas mudanças sofrer a canalização para o território institucional das diretas-já, depressa recodificada em escalada ao colégio eleitoral, em benefício de uma transição indefinida, rumo a uma suposta democracia só determinada pela falta de conteúdo.

Em suma, no âmago de todo este itinerário, os termos da equação tem sofrido uma inversão funesta: em vez de partir da ma-

terialidade das lutas dos trabalhadores (da cidade e do campo) para atingir e moldar as instituições políticas, tem-se partido do formalismo destas para atingir e moldar os trabalhadores. Ou seja, tem sido levado aos trabalhadores a perspectiva formal das instituições, ao invés de levar fá instituições a perspectiva material dos trabalhadores.

Outro exemplo, sob véus patéticos, está embutido na transfiguração, da assunção popular de Tancredo a mito mudancista, em estadista paradigmático da democracia do conservantismo civilizado.

Aqui não importa, que a versão conservadora seja a verdadeira, e que a popular não seja mais do que o resultado de uma exulceção mistificada. Reação multitudinária da miséria real, que se expande pela miséria do sentimentalismo e da religiosidade primitiva. O que importa, nesta expressão pré-política, é que se a fisionomia é de “responsabilidade” popular, o conteúdo é de inculcação politicista. Tancredo “salvacionista” não é criatura do povo, tanto quanto a democracia institucional do capital não é o totem e o tabu das massas dolorosamente fascinadas pela esperança.

Vai nisso tudo a ambigüidade de uma pregação institucionalizadora, que as massas só podiam e só queriam entender como mudanças imediatas na sua forma de viver e sobreviver. Da mais vasta manipulação (voluntária e involuntária) de consciência da história brasileira resultou um mito, de curta duração, para uso e abuso de fiéis e adventícios. Redundou também, por lógica estrutural e sem mistérios, uma outra forma de governo do capital e de des-governo do trabalho. Eis, sem mística, o ponto e o problema.

Ponto e problema que não se projetam como uma nova determinação, seja porque “faltou o chefe”, seja porque a dispersão ameaça o exército aliancista. Ou ainda mais indeterminadamente, porque a “democracia é difícil”.

É preciso deixar a superfície.

No Brasil, democracia é impossível, enquanto governo do capital e des-governo do trabalho.

“Na particularidade da via colonial, alternando-se as formas genuinamente burguesas de dominação entre o bonapartismo e a autocracia burguesa institucionalizada, que excluem a figura da democracia liberal, a emersão democrática fica, sem remissão, a cargo das massas trabalhadoras, sob nucleação da perspectiva operária.

Estas detêm, no caso, com primazia de classe, o interesse real e coerente pela efetivação democrática. Tendo, ademais, a possibilidade de atrair ou arrastar para a mesma direção a outras categorias sociais. No que, aí, se refere à burguesia, pode ela, talvez, ser arrastada ou compelida à democracia, esta pode ser feita à sua revelia, mas ela própria não é nunca seu agente. Mas, no quadro da especificidade referida, quando a construção democrática se evidencia como tarefa histórica dos trabalhadores, simultaneamente se revela uma mudança qualitativa. Na medida em que o agente democrático é por excelência a massa trabalhadora, tendo por centro aglutinador e norteador o proletariado, a motivação e o direcionamento não permanecem voltados, pura e simplesmente, para a objetivação de formas institucionais./.../ Não há desprezo dos trabalhadores mesmo pelas franquias legais as mais elementares, ao contrário; mas, à medida em que até mesmo estas só são dispositivos integralizáveis na proporção de sua interferência, tem de estar articuladas a matrizes mais substantivas: em primeiro lugar, fá condições de salário e trabalho sob as quais, cada trabalhador e os trabalhadores em seu conjunto, na imediaticidade são compelidos a produzir e reproduzir suas

existências materiais. Em síntese e de modo direto, a objetivação democrática sob a égide dos trabalhadores, a única possível no capitalismo explicitado pela via colonial, implica o rompimento do politicismo. Ou seja, imediatamente tem de ferir o molde econômico do sistema. A intervenção do movimento das massas trabalhadoras recompõe a apreensão política e põe em jogo, de imediato, a totalidade do social. Sua construção democrática não é, pois, nem ao primeiro momento, a mera perseguição fá franquias formais do liberalismo. O que lhes torna completamente estranha, - com ela não se identificando, nem a ela se submetendo -, a tática impossível do impossível objetivo de primeiro conquistar a “democracia” para depois “tratar da vida”. Que, aliás, só não é estranha para a lógica adstringente do mais pobre liberalismo, e que, na essência, não difere da razão autocrática da auto-reforma em curso, no sentido de que a “democracia” possível da hiper-retardatária burguesia brasileira se resume na legalização, na institucionalização da sua insuperável negação da própria democracia”. (Idem, p. 14-15).

A questão, portanto, é de fundo e vem de longe.

Notar, só hoje, fá primeiras encrespações do novo governo, que a democracia real permanece confinada a uma solução longínqua, é chegar muito atrasado a um mínimo de crítica e perspicácia.

Mas o que arrepia é que nem isto foi alcançado, para além da fronteira retórica, pelas correntes políticas organizadas, que tem representação e influencia, e que jamais se interrogaram pelas - condições de possibilidade da democracia no país. Nunca lhes ocorreu, no passado e no presente, formular e responder a esta pergunta decisiva. É incrível, mas nem mesmo as esquerdas o fizeram. Tanto quanto é sintomático que os únicos a abordar enviezadamente o tema tenha sido os ideólogos conservadores ou de direita, na linha que vai de Farias Brito a Oliveira Vianna, que sempre apresentaram fórmulas puramente negativas, ou modulações em torno do “estado forte” ou da “democracia orgânica”. Dos quais o último período bonapartista, que ora se encerra, explicitamente se alimentou. E o

término deste não implica a liquidação daquelas fontes ideológicas, nem de seus acólitos e atualizadores.

Todavia, nem isto foi bastante forte para empurrar os “liberais” e a esquerda (falo de partidos ou movimentos, abstraindo sempre esforços teóricos individuais ou isolados) para a investigação do problema.

Dos “liberais” bastaria dizer que não existem para além do atavio das convicções pessoais. No poder dos partidos e do estado são o que podem ser, conservadores civilizados, mais ou menos esclarecidos. E do que “não existe” não se pode esperar inquietação ou formulação políticas dessas ordem. Ou seja, volta-se a encontrar a incompletude de classe de nossos proprietários e sua inapetência congênita para a democracia liberal. Como poderiam coabitar com a soberania do povo, na inintegralidade de sua soberania enquanto classe do capital? Ou seja, como dominariam materialmente, sob a soberania política do povo, se sua própria dominação é vassala de sua própria estreiteza orgânica e de um outro capital soberano? Portanto, se o limite de sua soberania é seu capital limitado, o segredo de seu monopólio do poder é a atrofia de sua potência política. Isto é, a verdade do deslimite de seu mando autárquico é a limitação de sua soberania atrofica. Onde capital vassalo e soberania popular não se integrarem, sendo incapazes de efetivar, de modo minimamente coerente e estável, “o círculo mágico e vicioso do circuito institucional do capital, que consta da totalização recíproca entre sociedade civil e estado”, quando se trata da democracia liberal, ou seja da democracia dos proprietários que é, vale repetir, a forma menos perversa de sua dominação (JC, Democracia Política e Emancipação Humana, ENSAIO 13, p.49).

Posto que da mutilação proprietária dos “liberais” não poderia ressoar a inquirição pela democracia, resta sondar por que as esquerdas tem reproduzido com doçura este “ruidoso” mutismo.

A primeira razão é precisamente por que reproduzem.

Reproduziram e reproduzem, sob crescente submissão nas duas últimas décadas, os diagnósticos de realidade e os projetos de ação do conservantismo civilizado nacional e a parametração internacional dos ideários neo-liberais.

Esta mimese, produto e demonstração de fraqueza (obviamente involuntária), exhibe uma renúncia à independência teórica, que já não é tão indeliberada.

Ademais, a subordinação neste campo é uma inclinação antiga das organizações de esquerda no Brasil. Ressalvados meia dúzia de anos da década de vinte (sem entrar no mérito do elaborado), já ao final desta, com a adoção das teses genéricas sobre o mundo colonial do VI Congresso da III Internacional, engendra-se a postura deplorável da cópia intelectual bisonha. Que o longo período stalinista levará fã fronteiras da tragédia e da comédia, fã quais o neo-stalinismo só agregará uma dose de dissimulação e duas de cínico pragmatismo.

A natureza pós-capitalista e não socialista do leste europeu tornada evidente, e a decorrente crise internacional do movimento comunista só fizeram acentuar, ao longo dos últimos vinte anos, a debilidade da esquerda organizada e a sua falta de autonomia teórica.

Em suma, auréola extinta, a dogmática no Brasil, já subdividida em dois ramos, de um lado sucumbiu aos ideários de circunstâncias, e de outro deslizou para a farsa. Assim, na contradança entre o euro-pantanismo e o escabroso referencial (sino)-albanez, o salão ficou vazio para as instrumentalizações do conservantismo civilizado e o malabarismo arcaico da nova esquerda.

Basta hoje, para medir o servilismo teórico da esquerda organizada, fazer o registro de que, na estreiteza, mais ou menos acentuada em cada ca-

so, de seus padrões de reflexão, avulta e predomina um reduzido arsenal de conceitos, originário do universo epistêmico liberal, que se dá a conhecer pelas teorias da dependência e da marginalidade e pelas críticas ao populismo e ao autoritarismo. Conjunto de fórmulas que já teve e, em certa medida, ainda desfruta do estatuto de “marxismo atualizado ou legal”, sem que jamais tenha recebido a crítica e a refutação, que tanto merece, da esquerda organizada. Em verdade deu-se o contrário: a esquerda tradicional, na falta absoluta de elaboração própria, assimilou-o aos retalhos e com estes requadrificou suas teses e posições antigas; enquanto a nova esquerda tem nele sua autêntica substância e, através dele, paga comodamente seu tributo aos “aspectos válidos” do marxismo.

O silêncio ensurdecedor da esquerda, quanto à investigação das condições de possibilidade da democracia em países de extração colonial, tem muito a ver com a incompletude de classe do capital.

Quando, fã vésperas da metade do século passado, as revoluções por toda a Europa “proclamaram, de forma ruidosa e ao mesmo tempo confusa, a emancipação do proletariado” (MARX, 1856), a emergência social e política, prática e teórica, desta nova categoria social fez-se, lá onde alcançou seu significado mundial, contra a figura integralizada da burguesia, que fora, anteriormente, a cabeça de sua própria criação, ou seja, da revolução de “tipo europeu” (inglesa e francesa) para usar a precisa designação de Marx, e da qual brotara “o triunfo de um novo sistema social” e não apenas “a vitória de uma classe particular da sociedade sobre o antigo sistema político” (MARX, A Burguesia e a Contra-Revolução, ENSAIO 10, p.71).

Com efeito, a crítica prática e teórica do trabalho, isto é, da esquerda, nos países capitalistas de “tipo europeu”, pode principiar por onde findava a crítica e a prática revolucionária dos proprietários. Figuras do capital que haviam efetivado sua dominação econômica e sua soberania política na identidade formal da soberania popular.

Não desimporta lembrar que até mesmo os prenúncios claudicantes de Meslier, Mablú e Morellú, e especialmente de Leclerc e Roux até Babeuf e Buonarroti já estavam propostos à completude potencial, e logo adiante estrutural da classe do capital. Cabe refletir com Marx que “a revolução francesa fez despontar idéias que conduzem para além das idéias da antiga ordem do mundo. O movimento revolucionário que nasceu em 1789 no Círculo Social, /.../, fez eclodir a idéia comunista que Buonarroti, amigo de Babeuf, reintroduziu na França depois da Revolução de 1830. Esta idéia, elaborada com conseqüência, é a idéia da nova ordem do mundo” (A Sagrada Família, VI, III, C). Ou ainda: “O socialismo ou comunismo não partiu da Alemanha, mas da Inglaterra, da França e da América do Norte. A primeira aparição de um partido comunista verdadeiramente atuante se dá no seio da revolução burguesa, no momento em que a monarquia constitucional é descartada. Os republicanos mais conseqüentes, os `niveladores` na Inglaterra, Babeuf, Buonarroti etc., na França, são os primeiros a ter proclamado essas `questões sociais`. A `conspiração de Babeuf`, escrita por seu amigo e companheiro de partido Buonarroti, mostra como estes republicanos extraíram do `movimento` histórico a convicção de que, eliminando a questão social: monarquia ou república, nenhuma só `questão social` no sentido do proletariado se encontrava resolvida” (A Crítica Moralizante, III).

Mesmo porque “Em 1830, a burguesia liberal realiza, enfim, suas aspirações de 1789, com a diferença, todavia, que suas luzes políticas estavam plenamente consumidas, que ela não mais acreditava encontrar no Estado representativo constitucional o ideal do Estado, a salvação do mundo e os fins universais da humanidade, mas, ao contrário, havia reconhecido neste Estado a expressão oficial de seu poder exclusivo e a consagração política de seu interesse particular” (A Sagrada Família, idem).

Em síntese, nas formações sociais que objetivaram revoluções de “tipo europeu”, a revolução do trabalho nasce como o melhor dos produtos da revolução do capital. Os trabalhadores retomam e elevam as bandeiras decaídas das mãos dos proprietários. A figura integralizada da burguesia é a cidadela material e espiritual contra a qual principia a integralização do proletariado. Este começa por onde aquela termina.

Muito distinta é a situação da esquerda, onde a objetivação capitalista foi processada pela via colonial.

Já deveria ser um truísmo a afirmação de que, em países desse tipo, jamais houve qualquer revolução burguesa.

Considerando a determinação de revolução de “tipo europeu”, Marx advertiu que era “necessário não confundir a revolução de marco (Prússia/1848) nem com a revolução inglesa de 1648, nem com a revolução francesa de 1789”. Dizia que “bem longe de ser uma revolução européia, ela não foi senão o eco debilitado de uma revolução européia num país retardatário”. Que “era desde a origem uma revolução secundária”, cuja “ambição consistia em querer ser um anacronismo” (A Burguesia e a Contra-Revolução).

Num país como o nosso, de constituição hiper-retardatária do capital verdadeiro, o que seria a ambição de vir a ser um hiper-anacronismo? A história brasileira do capital e de suas personagens oferece a resposta. Aqui, basta assinalar, a encarnação burguesa do anacronismo dispensou até mesmo revoluções terciárias.

Ou seja, jamais completou seu parto. Sua face é a de um embrião maldito condenado a uma gestação eterna. Cresce e encorpa na reprodução de sua incompletude, engrossando sempre mais os cordões umbilicais que o atam fá fontes que o tolhem e subordinam.

Nunca foi a cabeça de sua própria criação, e nunca aspirou a não ser não ter aspirações. Não consumou suas luzes políticas, por-

que só abriu os olhos quando estas já estavam extintas. Nunca teve que desacreditar do ideal do estado representativo constitucional, simplesmente porque este nunca foi seu ideal de estado. Também não abandonou a salvação do mundo e os fins universais da humanidade, porque sempre só esteve absorvida na salvação amesquinhada de seu próprio ser mesquinho, e seus únicos fins foram sempre seus próprios fins particulares.

A esquerda brasileira, portanto, não nasceu contra a cabeça e o corpo de um antigo revolucionário. Não se deparou com uma entificação histórico-social integralizada. Viu-se em face da integralização histórico-social de um inacabamento.

A crítica prática e teórica dos trabalhadores, aqui, não principiou por onde os proprietários haviam concluído. Estes não só não haviam terminado, como não podiam terminar nunca. E a esquerda bracejou no abismo do inacabamento do capital, convertida em empreiteira de uma obra por finalizar. Obra que, sob a mesma planta, jamais poderia ser sua.

No mínimo e em outros termos, a esquerda principia, neste caso, aquém dos limites da crítica da burguesia clássica, e toma os parâmetros abandonados desta, como se fossem os supostos de itinerário e de projeto da burguesia de extração colonial, dos quais nem esta, nem ela própria poderiam pretensamente escapar.

A esquerda brasileira nasce, portanto, submersa no limbo, entre o inacabamento de classe do capital e o imperativo meramente abstrato de dar início ao processo de integralização categorial dos trabalhadores. Alma morta sem batismo, não atina para a natureza específica do solo em que pisa, nem para a peculiaridade de postura e encargo que este chão dela demanda e a ela confere.

Posta entre a mera possibilidade genérica de uma revolução abstrata, e a realidade concreta de um capital incompleto e incom-

pletável, a esquerda sucumbe, naturalmente, à presença real e fá- tensões e pressões efetivas da segunda. Entre a idealidade esgarça- da de uma revolução incogitável e o credo na finalização necessária do capital, é arrastada para o objetivismo da empreitada que visa a última. É a subsunção aos nexos mortos do que fora a lógica do ca- pital concluso. É a submissão à lógica extinta do ideário liberal. No caso, duas vezes morta: a primeira vez, enquanto cadáver ideológico da própria burguesia de “tipo europeu”; a segunda, enquanto fan- tasma de empréstimo do conservantismo civilizado, boneco “liberal” na ventriloquia da autocrática burguesia brasileira. O devaneio de principiar a integralização de classe dos trabalhadores reduz-se a miserável voto piedoso. Ao mesmo tempo, a empresa impossível de levar à completude o capital incompletável amesquinha-se, progres- sivamente, em simples e melancólico ativismo caudatário.

Sem independência teórica, sem autonomia política, sem vita- lidade ideológica, raquíticas em número e anacrônicas nas formas de organização, e por isso mesmo débeis e cismáticas, as esquerdas organizadas vem-se arrastando por décadas, num processo que atinge e desencanta, limita e desorienta o conjunto dos trabalhado- res do país. Trôpegas, desconhecidas e sem fascínio para a esmaga- dora maioria destes, vem fazendo sua história, lamentavelmente pa- ra todos nós que estamos do outro lado do capital, como a história de uma esquerda *in partibus infidelium*.

Esquerda só no nome. Que tem mártires e sacrificados, ofendi- dos e humilhados. Herpis no equívoco e vítimas de todas as repres- sões. A mais digna homenagem a todos eles é a coragem de recome- çar.

É urgente recomeçar.

Mas, quando há urgência histórica, não é permitido ter pressa.

III

A conjunção entre o embrião maldito do capital incompletável - agora já de engorda monopólica - e a insubstancialidade teórica e prática, até hoje, da esquerda organizada, é determinação da miséria brasileira.

Miséria brasileira é determinação particularizadora, para o âmbito do capital e do capitalismo de extração colonial, da fórmula marxiana de “miséria além,”. Compreende processo e resultantes da objetivação do capital industrial e do verdadeiro capitalismo, marcados pelo acentuado atraso histórico de seu arranque e idêntico retardo estrutural, cuja progressão está conciliada a vetores sociais de caráter inferior e à subsunção ao capital hegemônico mundial. Alude, portanto, sinteticamente, ao conjunto das mazelas típicas de uma entificação social capitalista, de extração colonial, que não é contemporânea de seu tempo.

A miséria brasileira é o território precípua de nossas categorias dominantes. O corpo e a alma possíveis de sua prática capitalista. Não abstraídas suas equações modernizadoras, e nem mesmo seus eventuais e pretensos arroubos menos acanhados.

O trânsito do bonapartismo à autocracia burguesa institucionalizada, a passagem não desprezível de Figueiredo a Sarney é um movimento no interior da miséria brasileira e de sua reiteração.

A reprodução ampliada da miséria brasileira é todo o horizonte dos proprietários do capital inconcluso. É do que se nutrem, é o que podem, é o que lhes basta. A conta fica sempre para os que não devem, paga à custa de força de trabalho.

Rasgar a conta é o que importa. No mínimo, Por ora, recusá-la. Romper a reprodução da miséria brasileira é do que se trata, donde a urgência de recomeçar pela esquerda.

Do contrário a miséria, que induz e conjuga a pequenez feroz da burguesia autocrática ao raquitismo da esquerda nominal, perdurará na sucessão de momentos bonapartistas e de institucionalizações burguesas autocráticas. Tal como foi até aqui e agora se repete, pois, neste instante, o que há de comum entre a Nova República e a esquerda organizada é que ambas são apenas possibilidades remotas.

Desde o começo, a esquerda brasileira vacilou, dado o quadro de seu afloramento, entre a revolução abstrata - incapaz de configurar o ponto de partida da integralização de classe dos trabalhadores - e o credo na finalização do capital. E nesse movimento pendular consumiu quase toda sua capacidade teórica, reduzindo os problemas de realidade a simples questões de tática.

E todos eles ao nível pedestre de uma querela entre reforma e revolução, entre luta armada e luta pacífica. Polemicar ao qual, hoje mais do que ontem, por obra e graça da assim chamada nova-esquerda, não faltam as ênfases e especulações relativas ao papel da volição, tomada aí como fundante da luz e do ato políticos.

Parece que é especialmente pela volição que as esquerdas hoje se confundem entre si, na confluência pela democracia. Não é casual por isso que nenhuma de suas vertentes ofereça uma alternativa à política econômica vigente desde 64.

Este desbragado politicismo é o índice de sua passividade teórica de sua inabilidade política e até mesmo de sua omissão social, desta escapando a nova esquerda por via confusa e ruidosa, ademais de politicamente inconseqüente.

Enquanto a esquerda tradicional ficou travada entre o revolucionarismo abstrato e o ativismo caudatário, a nova esquerda vem-se afogando no maniqueísmo entre democratismo e autoritarismo.

Ambas necrófilas do corpus liberal, dado que, entre o reboquismo da primeira e o participacionismo da segunda, a diferença teórica e ideológica que as separa não é de natureza, e é muito menor do que supõem seus acólitos e leva a crer, à primeira vista, a ferocidade de suas disputas.

Ao reboquismo corresponde a fé na conclusibilidade do capital inconclusível, do mesmo modo que ao participacionismo corresponde a fé na totalização do poder liberal instaurado e ininstaurável.

Subsumidas, as duas, ao universo teórico do capital, distinguem-se, neste campo, apenas pela modalização de suas ideologias: a esquerda tradicional efetiva esta encarnação como torcida liberal pela integralização do capital, e a nova esquerda toma o corpo da teimosia liberal, conversão da hipóstase do liberalismo, numa formação de liberalismo impossível.

Ideologia da teimosia que está contida e expressa no participacionismo da nova esquerda.

Da mesma forma que economicismo e politicismo são degenerações, respectivamente, da luta econômica e da luta política, o participacionismo é a participação degenerada.

Nas três a constante é a atrofia da consciência. Ao primeiro falta o sentido do poder; ao segundo, o sentido da determinabilidade da produção e reprodução da entificação social; ao terceiro, o sentido da própria consciência.

Do primeiro ao terceiro vai a linha descendente do espontâneo ao espontaneísmo, redundando na concepção declinante da política como mera volição ou invenção.

O estiolamento corporativo, no primeiro, corresponde à dissolução das classes sociais no segundo, e à redução física e numérica dos agentes no terceiro.

O participacionismo é a participação sem consciência participante ou a presença participante sem consciência, isto é, a presença inativa da consciência desarmada, reduzida, quando muito, a puro testemunho, e exposta, sem saída, à instrumentalização, seja por parte de deus, seja por parte do demônio.

Participar é atar-se, sob forma consciente, à política concreta pelas demandas finitas de um momento histórico dado, no processo verdadeiramente infinito da auto-edificação humana e de sua emancipação. Participacionar é servir como número à manipulação politicista, destituído de classe, consciência e individuação, sem vínculo concreto com a construção do humano e de sua liberdade.

Tanto quanto o participacionismo caracteriza a nova esquerda, o ativismo caudatário caracteriza a esquerda tradicional. Tomados como absolutos são armas de recíprocas estigmatização. Enquanto atributos reais identificam com objetividade, sem dúvida, linhas predominantes de postura e inclinação, porém não falta a nenhuma das duas o que sobra na outra. Pois, dada a comunhão liberal de suas precariedades de consciência, o ativismo caudatário não pode deixar de ter uma dimensão participacionista, tanto quanto o participacionismo não escapa de medidas do ativismo caudatário.

Visto que ambos são empenhos pela completude de instâncias distintas de um mesmo universo teórico e prático incompletável, só podem redundar, eles mesmos, em incompletudes irreduzíveis.

Assim, se a esquerda tradicional cevou sua nominalidade porque encarou o matrizarmento econômico pela ponta errada, a nova esquerda erra e desencarna porque desencara todas as pontas daquela matriz.

A Nova República, precisamente pelo que tem de mais débil - sua intrínseca e necessária instabilidade e incoerência - traz inscrita a oportunidade para o resgate de uma esquerda real, pois o enigma daquela esfinge exige uma resposta ao seu dilema econômico. Para o qual a incompletude de classe do capital, definitivamente, não tem resposta, e ao qual sô o arranque da integralização de classe dos trabalhadores pode oferecer perspectiva.

Ao passo que a completude de classe do capital se dá ou não, em formas e graus distintos, na dependência de suas formas particulares de objetivação (“tipo europeu, via prussiana, via colonial...), a incompletude de classe do trabalho é universal, mas universalmente integralizável pela objetivação de sua potencialidade de consciência, organização, luta e poder. (Não vem ao caso, aqui que a efetivação geral e concreta deste seja ou possa ser a consumação de todas as classes e do próprio poder).

A resposta para o enigma da Nova República, que é simultaneamente o recomeço da esquerda, vem da perspectiva de dar início à integralização de classe dos proletários (da cidade e do campo) e de todos os trabalhadores. Início de processo de integralização que não pode ser pensado, nem praticado doutrinariamente. Mas colado à imediaticidade da vida e do drama destas multidões. Bases multitudinárias que sofrem a tragédia econômica e social da reprodução da miséria brasileira, diretamente sob a forma de superexploração do trabalho, ou seja, de arrocho salarial.

A busca da completude do capital, hoje uma falácia comprovada, pode ter sido uma ilusão inevitável. A ilusão distributivista não é falácia menor, uma espécie de absurdo “ricardiano”, do qual já

não pode ser perdoada a esquerda organizada, como já anotei em 77 (Temas 2, p.148-9), citando Marx, pois: “A articulação da distribuição é inteiramente determinada pela articulação da produção. A própria distribuição é um produto da produção, não só no que diz respeito ao objeto, podendo apenas ser distribuído o resultado da produção, mas também no que diz respeito à forma, pois o modo preciso de participação na produção determina as formas particulares da distribuição, isto é, determina de que forma o produtor participará na distribuição.

/.../ Na sua concepção mais banal, a distribuição aparece como distribuição dos produtos e assim como que afastada da produção, e, por assim dizer, independente dela. Contudo, antes de ser distribuição de produtos, ela é: primeiro, distribuição dos instrumentos de produção, e, segundo, distribuição dos membros da sociedade pelos diferentes tipos de produção, o que é uma determinação ampliada da relação anterior. (Subordinação dos indivíduos a relações de produção determinadas.) A distribuição dos produtos é manifestamente o resultado desta distribuição que é incluída no próprio processo de produção, cuja articulação determina. Considerar a produção sem ter em conta esta distribuição, nela incluída, é manifestamente uma abstração vazia, visto que a distribuição dos produtos é implicada por esta distribuição que constitui, na origem, um fator de produção” (Introdução à crítica da Economia Política, 2, b).

Ultrapassando e excluindo os itinerários impossíveis do distributivismo e da conclusão do capital, a esquerda poderá ultrapassar o espaço teórico do capital e compreender, então, que ao invés de tentar completar o incompletável ou de tentar impelir a ferocidade do capital atrofado à brandura, trata-se, isto sim, de “recusar a conta”, ou seja, de principiar sua desmontagem.

Desmontagem do capital que é “Num primeiro, mas talvez longo momento, reordenação na vigência ainda do modo de produção

atual, posto que a demanda de rompimento e superação imediatas deste não seria mais do que um voto piedoso ou uma tirada Demagógica. Mas, reordenação de tal ordem, que implicasse um montante significativo de “desarrumação” e “desmontagem” de porções e aspectos de seu aparato, de modo a impedi-lo a reproduzir a prática da superexploração do trabalho, que hoje agudamente o caracteriza”. (Hasta Quando, p.15).

Ou em termos mais recentes, que v, o na mesma direção: “O que implica em se pôr imediatamente no terreno do próprio capital, ou seja, praticar desde logo um diapasão político negativo, vale dizer: fundir luta econômica com luta política. A não ser que se queira acreditar que seja possível fazer conviver instituições de tipo democrático com superexploração do trabalho, democracia com arrocho salarial. O que se perspectiva, pois, como passo fundante de uma programática para a construção de uma democracia dos trabalhadores é o rompimento da atual política econômica. E sua necessária substituição por uma política econômica da perspectiva do trabalho. O que redundará na fratura e desorganização de certos aspectos da organização do capitalismo, sem que implique de imediato a superação do modo de produção do capital” (DP e EH, p.55).

Em suma, em vez dos equívocos funestos de dar acabamento ao capital ou ao politicismo liberal do capitalismo, dar início a uma política de integralização de classe dos trabalhadores, que seria o começo da consumação da ferocidade do capital atrofico, ou seja, o rompimento com a miséria brasileira, vale dizer com os cordões umbilicais que ligam a parte mais dinâmica da formação brasileira ao atraso do subcapitalismo e à soberania do capital concluso.

Portanto, em lugar do pacto social, a propositura e a luta por uma política econômica da perspectiva do trabalho. Em lugar do pacto político, o pacto do trabalho que, rompendo as fronteiras do

politicismo, matriza a política pela anatomia do social, que só se efetua em indepedência, mas sem vocação isolacionista.

No mais, que é muito, e do qual aqui não se fala, ter em conta “que a propositura de uma democracia do trabalho, para hoje, só ultrapassa a esfera da pura idealidade, quando tem por fundação e virtualidade a soberania dos trabalhadores, reconhecida para a linha de horizonte do amanhã” (Idem).

Será o recomeço.

Sine ira et studio. Tal como deve ser escrita a história.

Mas, primeiro, tem de ser feita.